

**Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa
de Trabalho Médico**

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, e o
relatório dos auditores independentes**



Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900

E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

RTA-096-2021

Ribeirão Preto SP, 1º de março de 2021.

À
Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico
Rio Claro SP

Atenção do Senhor **Dr. José Martiniano Grillo Neto**
Presidente

Prezado Senhor:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Pedimos a gentileza de nos encaminhar a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores e Consultores



Ricardo Aurélio Rissi
Diretor

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
e o relatório dos auditores independentes**

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos Cotistas e Administradores da
Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico
Rico Claro SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 12 de fevereiro de 2021.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Ricardo Aurélio Rissi
CRC 1SP137183/O-8

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				Passivo			
Circulante		58.567.492	44.739.955	Circulante		28.907.530	27.838.378
Disponível		7.738.271	4.979.617	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	10.260.603	11.038.059
Realizável		50.829.221	39.760.338	Provisão de prêmio/contraprestação não ganha - PPCNG		1.473.395	1.527.434
Aplicações financeiras	5	33.287.502	27.483.099	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		829.026	950.431
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		7.889.590	7.735.231	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais		5.676.419	6.041.289
Aplicações livres		25.397.912	19.747.868	Provisão de eventos/ sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)		2.281.763	2.518.905
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	8.904.923	5.771.131	Débitos de operações de assistência à saúde		759.134	83.827
Contraprestação pecuniária/prêmio a receber		2.177.287	2.174.018	Operadoras de plano de assistência à saúde		759.134	83.827
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis		24.405	47.989	Débitos de operações, assistência, à saúde não relacionado, com o plano de saúde da operadora		376.139	363.232
Contraprestações de corresponsabilidade assumida		4.808.457	3.377.272	Tributos e encargos sociais a recolher	12	6.064.629	6.465.127
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		1.894.774	171.852	Empréstimos e financiamentos a pagar	13	2.252.876	350.686
Créditos de oper.de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora		1.574.554	788.433	Débitos diversos	14	9.028.147	9.495.244
Créditos tributários e previdenciários		1.148.828	961.172	Conta-corrente com cooperados		166.002	42.203
Bens e títulos a receber	7	5.852.828	4.591.089	Não circulante		30.970.610	25.301.416
Despesas antecipadas		60.586	165.414	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	401.443	488.620
Não circulante		42.565.020	44.028.362	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		401.443	488.620
Realizável a longo prazo		4.460.164	4.279.424	Provisões		21.456.246	23.600.054
Depósitos judiciais e fiscais	8	3.850.808	3.333.693	Provisão para contingências	15	21.456.246	23.600.054
Outros créditos		609.356	945.731	Empréstimos e financiamentos a pagar	13	9.112.921	1.212.742
Investimentos	9	4.641.646	4.342.531	Patrimônio líquido	17	41.254.372	35.628.523
Outros investimentos		4.641.646	4.342.531	Capital social		21.180.481	18.718.469
Imobilizado	10	33.286.016	35.216.948	Reservas		17.897.009	16.104.464
Imóveis de uso próprio		21.456.945	21.858.858	Fundo de reserva		12.764.869	11.218.396
Imóveis - hospitalares		15.076.406	15.632.394	Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES		3.379.119	3.133.047
Imóveis - não hospitalares		6.380.539	6.226.464	Fundo constituído		1.753.021	1.753.021
Imobilizado de uso próprio		10.955.807	12.127.247	Sobras à disposição da AGO		2.176.882	805.590
Imobilizado - hospitalares		7.957.384	9.079.267				
Imobilizado - não hospitalares		2.998.423	3.047.980				
Imobilizações em curso		172.864	430.206				
Outras imobilizações		700.400	800.637				
Intangível		177.194	189.459				
Total do ativo		101.132.512	88.768.317	Total do passivo e do patrimônio líquido		101.132.512	88.768.317

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	Nota	2020	2019
Ingressos/receitas de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		163.286.124	163.203.610
Receitas com operações de assistência à saúde		169.734.411	169.589.447
Contraprestações líquidas / prêmios retidos		169.734.411	169.589.447
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(6.448.287)	(6.385.837)
Eventos indenizáveis líquidos	18	(123.970.429)	(138.550.479)
Dispêndios/despesas com eventos conhecidos ou avisados		(124.207.571)	(138.192.108)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados		237.142	(358.371)
Sobra das operações com planos de assistência à saúde		39.315.695	24.653.131
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde		238.888	205.493
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	20	5.971.857	10.558.480
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar		4.788.852	3.890.584
Outros ingressos / receitas operacionais		1.183.005	6.667.896
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		-	(134.556)
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde		(4.891.288)	(4.205.604)
Outros dispêndios / despesas de operações de planos de assistência à saúde		(4.540.712)	(4.483.257)
Provisão para perdas sobre crédito		(350.576)	277.653
Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	21	(14.772.701)	(13.039.870)
Resultado bruto		25.862.451	18.037.074
Dispêndios/ despesas de comercialização		(376.454)	(378.690)
Dispêndios/ despesas administrativas	22	(16.720.893)	(16.746.514)
Resultado financeiro líquido	23	(1.566.876)	(355.910)
Ingressos/ receitas financeiras		1.203.669	2.088.179
Dispêndios/ despesas financeiras		(2.770.545)	(2.444.089)
Resultado patrimonial		210.598	286.525
Ingressos/ receitas patrimoniais		213.201	325.084
Dispêndios/ despesas patrimoniais		(2.603)	(38.559)
Resultado antes dos impostos e participações		7.408.826	842.485
Sobra líquida do exercício		7.408.826	842.485

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Sobra líquida do exercício	<u>7.408.826</u>	<u>842.485</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>7.408.826</u>	<u>842.485</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	Capital social	Fundo de reserva	RATES	Fundo constituído	Reserva para provisões técnicas	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	16.988.856	11.134.148	3.180.400	1.753.021	863.237	2.733.723	36.653.385
Deliberação da AGO de 3/2019							-
Juros s/ capital próprio	1.603.902	-	-	-	-	-	1.603.902
Distribuição das sobras	-	-	-	-	-	(2.733.723)	(2.733.723)
Integralização de capital	667.072	-	-	-	-	-	667.072
Baixa do capital por desligamento	(541.361)	-	-	-	-	-	(541.361)
Realização da reserva de provisões técnicas	-	-	-	-	(863.237)	-	(863.237)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	842.485	842.485
Realização do RATES	-	-	(89.478)	-	-	89.478	-
Constituição de reservas estatutárias:							-
Fundo de reserva	-	84.248	-	-	-	(84.248)	-
RATES	-	-	42.125	-	-	(42.125)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.718.469	11.218.396	3.133.047	1.753.021	-	805.590	35.628.523
Deliberação da AGO de 3/2020							-
Constituição do fundo de reserva com sobras	-	805.590	-	-	-	(805.590)	-
Juros s/ capital próprio	1.686.574	-	-	-	-	-	1.686.574
Integralização de capital	921.002	-	-	-	-	-	921.002
Baixa do capital por desligamento	(145.564)	-	-	-	-	-	(145.564)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	7.408.826	7.408.826
Realização do RATES	-	-	(124.369)	-	-	124.369	-
Antecipação das sobras	-	-	-	-	-	(4.244.989)	(4.244.989)
Constituição de reservas estatutárias:							-
Fundo de reserva	-	740.883	-	-	-	(740.883)	-
RATES	-	-	370.441	-	-	(370.441)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	21.180.481	12.764.869	3.379.119	1.753.021	-	2.176.882	41.254.372

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(+) Recebimentos de planos de saúde	187.466.959	188.008.016
(+) Resgate de aplicações financeiras	18.624.616	540.065
(+) Outros recebimentos operacionais	1.542.288	6.491.486
(-) Pagamentos a fornecedores/ prestadores de serviços de saúde	(115.512.095)	(122.280.902)
(-) Pagamentos de comissões	(376.454)	(378.690)
(-) Pagamentos de pessoal	(39.404.057)	(40.907.780)
(-) Pagamentos de pró-labore	(1.289.509)	(1.181.846)
(-) Pagamento de serviços de terceiros	(8.216.015)	(6.897.026)
(-) Pagamentos de tributos	(13.958.774)	(5.081.175)
(-) Pagamentos de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(1.156.973)	(414.339)
(-) Pagamentos de aluguel	(405.034)	(359.295)
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(584.091)	(486.136)
(-) Aplicações financeiras	(23.860.621)	(535.000)
(-) Outros pagamentos operacionais	(5.160.666)	(9.534.683)
Caixa líquido das atividades operacionais	(2.290.426)	6.982.695
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(+) Recebimento de venda de ativo imobilizado - hospitalar	225.000	-
(+) Outros recebimentos das atividades de investimentos	74.293	86.740
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - hospitalar	(391.441)	(5.223.685)
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - outros	(642.246)	(1.407.107)
(-) Pagamentos de aquisição de participação em outras empresas	(225.352)	(138.947)
(-) Outros pagamentos das atividades de investimentos	(83.345)	(118.117)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(1.043.091)	(6.801.116)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
(+) Integralização de capital em dinheiro	827.007	317.654
(+) Recebimento – empréstimos/financiamentos	11.000.000	-
(-) Pagamento de juros - empréstimos/financiamentos/leasing	(226.553)	(176.736)
(-) Pagamento de amortização - empréstimos/financiamentos/leasing	(1.241.042)	(436.306)
(-) Pagamento de participação nos resultados	(4.244.989)	(6.401)
(-) Outros pagamentos das atividades de financiamento	(22.252)	(217.760)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	6.092.171	(519.549)
Variação líquida do caixa	2.758.654	(337.970)
Saldo disponível final	7.738.271	4.979.617
Saldo disponível inicial	4.979.617	5.317.587
Variação líquida do caixa	2.758.654	(337.970)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Rio Claro SP – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

1 Contexto operacional

A Unimed de Rio Claro SP Cooperativa de Trabalho Médico, sediada em Rio Claro SP, que contava com 177 e 169 cooperados no final de 2020 e de 2019, respectivamente, tem por objeto a congregação dos integrantes da profissão médica, notadamente em relação ao exercício de suas atividades ligadas ao atendimento de usuários de planos de saúde por si contratados, em nome dos seus cooperados, para a sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades profissionais.

1.1 Impactos da pandemia COVID-19 nas demonstrações financeiras

A Administração avaliou os impactos e riscos relativos aos seus negócios causados pela pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19). A Administração identificou que o resultado positivo e superior ao exercício de 2019, é decorrente, substancialmente, da redução de despesas com eventos / sinistros no período, em função da menor exposição a ambientes médicos / hospitalares e orientações de distanciamento social. A Administração segue monitorando todas as informações referentes a pandemia que está impactando a economia a nível mundial.

A Administração da Cooperativa no sentido de preservar a integridade, a saúde e a segurança de todos os seus colaboradores diretos e indiretos, adotaram medidas como: home office, adoção das orientações do Ministério e Secretarias de Saúde, reforço nas higienizações, distribuição de álcool líquido e em gel 70%, distribuição de máscaras de proteção para colaboradores e prestadores de serviços. Ainda, em relação aos procedimentos de prevenção a COVID-19, reorganização das áreas da Empresa respeitando o distanciamento mínimo de 1,5 metro entre as pessoas, criação de protocolos internos de segurança, consonantes com os protocolos governamentais; divulgação das medidas adotadas pela rede própria e pelos hospitais credenciados quanto à criações de alas especiais para atendimento nas emergências de pacientes com Covid em separado dos demais atendimentos, entre outras.

2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

3 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1), e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ainda adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através da Resolução Normativa nº 435 de 23 de novembro de 2018.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 12 de fevereiro de 2021.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Cooperativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde;
- **Nota explicativa nº 10** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 11** – Provisão para eventos ocorridos e não avisados – PEONA e Ressarcimento ao SUS; e
- **Nota explicativa nº 15** – Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos são classificados por três categorias discriminadas abaixo. A classificação depende do modelo de negócio da Cooperativa para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. As categorias estão descritas a seguir:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São reconhecidos ao custo amortizado os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São aqueles mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Mensurados pelo valor justo por meio do resultado

São classificados nessa modalidade os ativos financeiros que não se enquadram na classificação de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. São gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

b Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa. Conforme determinação da ANS em grupo titulado “Disponível”.

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado, e,

Garantidoras de provisões técnicas: visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 419/2016, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

e Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “PEPS – primeiro a entrar, primeiro a sair” e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos.

f Investimentos

Representados, substancialmente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, que são avaliados pelo valor justo das cotas.

Os investimentos em controladas e coligadas não cooperativas são avaliados por equivalência patrimonial. Nesse método, a participação proporcional da Cooperativa nos lucros ou prejuízos de sua investida é reconhecida no resultado não operacional.

g Imobilizado

g.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

i Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

j Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir liquidez financeira e operacional das operadoras de planos de assistência à saúde, a saber:

j1 Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas – PPCNG

Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativo ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido. A Cooperativa não emite uma única fatura com mais de uma competência, assim, o cálculo “*pro rata temporis*” dar-se-á apenas na primeira emissão de cobrança, após isso o faturamento é por única competência.

j2 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

j3 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

j4 Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA

Conforme disposto na Resolução Normativa da ANS nº 209, de 29 de dezembro de 2009 e alterações posteriores da ANS, a Cooperativa deve constituir mensalmente Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e ainda não apresentados. A partir de setembro de 2009, a

Cooperativa elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão. A provisão teve seu início em 30 de setembro de 2009.

j5 Outras Provisões

Quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisões necessárias à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que consubstanciada em Nota Técnica Atuarial de Provisões – NTAP e aprovadas pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (“DIOPE”), sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

k Empréstimos e financiamentos a pagar

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

l Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

m Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente da operação com cooperados é isento destes tributos.

o Atos cooperativos e não cooperativos

Os Atos Cooperativos são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo 79 da Lei nº 5.764/71.

Os Atos Auxiliares são aqueles que auxiliam o médico cooperado na sua prestação de serviços. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas e laboratórios, sendo que, sem esta estrutura, não se poderia praticar a medicina.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica.

Os critérios de alocação dos dispêndios e despesas gerais, bem como o faturamento e demais receitas operacionais com atos cooperativos e não cooperativos, são como segue:

- Os custos diretos (eventos indenizáveis líquidos) da Cooperativa são identificados por ato cooperativo e ato não cooperativo;
- O faturamento em coparticipação e custo operacional são classificados em ato cooperativo e não cooperativo, de acordo com o evento ocorrido. Para o faturamento na modalidade de pré-pagamento, é efetuado um rateio proporcional ao custo direto desta modalidade;
- As despesas e as demais receitas indiretas são alocadas entre atos cooperativos e não cooperativos na proporção do faturamento desses atos, desde que não seja possível separar objetivamente, o que pertence a cada espécie de despesa ou receita.

p Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

q Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

r Capital social

As cotas de capital de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido conforme artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão os valores das cotas são reclassificados para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho de Administração e será devolvido conforme o estatuto da Cooperativa e a legislação.

s Apuração das sobras ou perdas

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas e despesas com terceiros foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios, e considera:

- Ingressos com operações de assistência à saúde: geralmente acordada entre a operadora e o comprador ou usuário do serviço de saúde, é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos e/ ou abatimentos.
- Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados: é reconhecida no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, reconhecidas pelo valor integral cobrado pelo prestador de serviço de saúde credenciado da Operadora.

5 Aplicações financeiras

Descrição	2020	2019
Aplicações garantidoras de provisões técnicas(i)		
Itaú Unimed RF	7.881.213	7.727.015
UBB ANS FI RF Saúde	8.377	8.216
	7.889.590	7.735.231
Aplicações Livres		
RDC Longo CDI	10.583.088	-
Fundos investimentos	5.869.209	-
CDB – Real + Renda Fixa	4.553.906	953.773
D.S.A. - CDI Unicred	2.485.694	7.044.127
FICFI INSTITUCIONAL RF	1.009.042	671.122
Renda Fixa	678.473	-
CDB / FIC	217.298	378.323
Sicredinvest Flex -CDI	1.202	10.103.892
Pré LP RF	-	420.375
Person Kinea Chronos FICFI MM	-	176.256
	25.397.912	19.747.868
	33.287.502	27.483.099

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a oscilações naturais decorrentes das movimentações dos mercados Nacional e Internacional influenciadas pela perspectiva futura de crescimento e risco.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

- (i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas são aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores modificações pela RN 419/2016.

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2020			2019		
	Pré pagamento	Pós pagamento	Total	Pré pagamento	Pós pagamento	Total
Contraprestações pecuniárias a receber						
Plano individual	1.197.914	-	1.197.914	1.188.550	-	1.188.550
Plano empresarial / coletivo	842.281	762.543	1.604.824	728.741	703.258	1.431.999
(-) PPSC - provisão para perdas sobre créditos (i)	(625.451)	-	(625.451)	(446.531)	-	(446.531)
	1.414.744	762.543	2.177.287	1.470.760	703.258	2.174.018
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis						
Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido	24.405	-	24.405	47.989	-	47.989
	24.405	-	24.405	47.989	-	47.989
Contraprestações de corresponsabilidade assumida						
Contraprestações de corresponsabilidade assumida	163.759	4.871.227	5.034.986	-	3.377.272	3.377.272
(-) PPSC - provisão para perdas sobre créditos (i)	(226.529)	-	(226.529)	-	-	-
	(62.770)	4.871.227	4.808.457	-	3.377.272	3.377.272
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde						
Outros créditos de operações de assistência médico-hospitalar	1.813.028	89.386	1.902.414	-	194.195	194.195
(-) PPSC - provisão para perdas sobre créditos	(7.640)	-	(7.640)	(22.343)	-	(22.343)
	1.805.388	89.386	1.894.774	(22.343)	194.195	171.852
	3.181.767	5.723.156	8.904.923	1.496.406	4.274.725	5.771.131

- (i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.

7 Bens e títulos a receber

Descrição	2020	2019
Estoques	4.939.676	3.656.053
Títulos a receber	1.138.673	1.034.421
Adiantamento a empregados	17.236	10.016
Adiantamento a fornecedores	77.811	178.034
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(320.568)	(287.435)
	5.852.828	4.591.089

8 Depósitos judiciais e fiscais

Descrição	2020	2019
Tributários (i)	1.244.192	1.226.876
ISSQN (ii)	1.641.275	1.286.801
Taxa de Saúde Suplementar TSS (iii)	682.465	539.114
Eventos e sinistros	-	75.129
Ações trabalhistas	906	878
Ações cíveis	212.189	135.176
Ressarcimento ao SUS	69.781	69.719
	3.850.808	3.333.693

Os depósitos judiciais estão sendo atualizados pela Selic, exceto os depósitos trabalhistas que são atualizados pela JAM.

- (i) Os depósitos foram realizados durante a vigência da Lei Compl. 84/96 (de junho de 1996 a novembro de 1999), correspondente a contestação da exigência do encargo previdenciário sobre os repasses de produção aos cooperados, cujos valores permanecerão vinculados até a decisão final do judiciário. O saldo possui provisão para contingência constituída no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 15.
- (ii) Em 30 de Dezembro de 2016 foi publicada a Lei Complementar Federal nº 157/16, a qual alterou a Lei Complementar nº 116/2003, que dispõe sobre as normas gerais sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). A Lei Complementar em seu inciso XXIII no art. 3º, alterou substancialmente a sistemática de recolhimento do ISSQN devido pelas operadoras de plano de saúde, em que fixou como local de recolhimento do imposto o local do domicílio do tomador dos serviços. Sendo assim a Unimed Rio Claro ajuizou a Ação Declaratória de Adequação de Base de Cálculo e o Pedido de Concessão de Tutela sob nº 1001036-58.2018.8.26.0510 a fim de determinar a base de cálculo adequada do ISSQN e suspender por parte dos municípios exceto Rio Claro, de cobrar a retenção do ISSQN e abster o cumprimento das obrigações acessórias. Com a concessão da Tutela Antecipada, a Unimed Rio Claro passou a recolher o ISSQN integral por meio de Depósitos Judiciais a partir da competência 01/2018 até 11/2019. Em 02/2019 a Unimed Rio Claro e a Prefeitura assinaram um acordo no tocante à base de cálculo do tributo reconhecendo que a base de cálculo corresponda ao valor da taxa de administração/comissionamento excluindo-se todas as despesas repassados ao seus cooperados e credenciados e também as despesas com recursos próprios. Quanto à forma de recolhimento, a partir de 12/2019 passou a ser com base no percentual dos domiciliados

no município de Rio Claro, sendo recolhidos diretamente ao cofre municipal por meio da ferramenta de escrituração fiscal e a diferença do percentual, representando os demais domiciliados fora do município, continuam por meio dos depósitos judiciais até o presente momento. O Saldo possui provisão para contingência constituída no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 15.

- (iii) Correspondem a Taxa de Saúde Suplementar referente ao período de julho de 2016 até dezembro de 2020 que estão em processo judicial no qual se encontra provisionado no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 15, cujos valores permanecerão vinculados até a decisão final do judiciário.

9 Investimentos

a Composição do saldo

Descrição	2020	2019
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo - FESP	1.799.928	1.799.928
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos	1.422.953	1.384.763
Unimed Centro Paulista - Federação Intra-Federativa	805.573	805.573
Central Nacional Unimed	270.444	245.412
SICOOB UniCentro Brasileira	222.556	-
SICREDI União PR/SP	76.680	68.719
Crediguaçu	39.192	38.136
Unicred do Estado de São Paulo	4.320	-
	4.641.646	4.342.531

b Movimentação dos investimentos

Descrição	1º/1/2019	Juros s/ capital incorporado	Adições	31/12/2019	Juros s/ capital incorporado	Adições	31/12/2020
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo - FESP	1.711.594	-	88.334	1.799.928	-	-	1.799.928
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos	1.306.875	-	77.888	1.384.763	38.190	-	1.422.953
Unimed Centro Paulista - Federação Intra-Federativa	805.573	-	-	805.573	-	-	805.573
Central Nacional Unimed	163.902	81.510	-	245.412	25.032	-	270.444
SICOOB UniCentro Brasileira	-	-	-	-	2.136	220.420	222.556
SICREDI União PR/SP	15.737	-	52.982	68.719	2.159	5.802	76.680
Crediguaçu	35.980	2.156	-	38.136	1.052	4	39.192
Unicred do Estado de São Paulo	-	-	-	-	-	4.320	4.320
	4.039.661	83.666	219.204	4.342.531	68.569	230.546	4.641.646

10 Imobilizado

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação			2020	2019
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	3.598.820	-	3.598.820	3.598.820
Edificações	De 2,50% a 4%	26.759.289	(8.901.163)	17.858.126	18.260.038
Instalações	De 4% a 10%	347.165	(229.951)	117.214	128.704
Máquinas e equipamentos	De 10% a 33,33%	19.813.800	(11.229.345)	8.584.455	9.568.545
Computadores e periféricos	De 10% a 50%	2.906.554	(2.009.899)	896.655	789.018
Móveis e utensílios	De 10% a 25%	4.531.619	(3.232.647)	1.298.972	1.389.067
Veículos	De 20% a 25%	430.568	(372.057)	58.511	251.913
Outras imobilizações	De 4% a 20%	1.679.702	(979.303)	700.399	800.637
Imobilizações em curso	-	172.864	-	172.864	430.206
		60.240.381	(26.954.365)	33.286.016	35.216.948

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2020 e de 2019, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

b Movimentação do custo histórico

Descrição	1º/1/2019	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2019	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2020
Terrenos	3.598.820	-	-	-	3.598.820	-	-	-	3.598.820
Edificações	25.907.763	320.000	-	207.109	26.434.872	-	-	324.417	26.759.289
Instalações	233.956	115.273	(6.024)	-	343.205	3.960	-	-	347.165
Máquinas e equipamentos	15.392.295	4.090.426	(192.784)	212.434	19.502.371	373.361	(61.932)	-	19.813.800
Computadores e periféricos	2.415.280	447.162	(317.864)	36.208	2.580.786	354.697	(28.929)	-	2.906.554
Móveis e utensílios	4.001.992	191.156	(138.857)	314.988	4.369.279	112.153	(52.803)	102.990	4.531.619
Veículos	796.231	172.957	(52.804)	-	916.384	-	(485.816)	-	430.568
Outras imobilizações	1.349.498	27.896	-	302.308	1.679.702	-	-	-	1.679.702
Imobilizações em curso	453.148	1.050.345	(240)	(1.073.047)	430.206	170.065	-	(427.407)	172.864
	54.148.983	6.415.215	(708.573)	-	59.855.625	1.014.236	(629.480)	-	60.240.381

c Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	1º/1/2019	Adição	Baixa	31/12/2019	Adição	Baixa	31/12/2020
Edificações	(7.473.786)	(701.048)	-	(8.174.834)	(726.329)	-	(8.901.163)
Instalações	(212.249)	(8.276)	6.024	(214.501)	(15.450)	-	(229.951)
Máquinas e equipamentos	(8.946.745)	(1.138.042)	150.961	(9.933.826)	(1.325.212)	29.693	(11.229.345)
Computadores e periféricos	(1.896.788)	(203.810)	308.830	(1.791.768)	(241.417)	23.286	(2.009.899)
Móveis e utensílios	(2.837.063)	(271.914)	128.765	(2.980.212)	(296.253)	43.818	(3.232.647)
Veículos	(644.218)	(73.057)	52.804	(664.471)	(42.468)	334.882	(372.057)
Outras imobilizações	(787.828)	(91.237)	-	(879.065)	(100.238)	-	(979.303)
	(22.798.677)	(2.487.384)	647.384	(24.638.677)	(2.747.367)	431.679	(26.954.365)

11 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha – PPCNG (i)						
Plano individual	1.473.395	-	1.473.395	1.527.434	-	1.527.434
	1.473.395	-	1.473.395	1.527.434	-	1.527.434
Provisão para eventos a liquidar para o SUS (ii)						
Provisão para eventos a liquidar para o SUS	829.026	401.443	1.230.469	950.431	488.620	1.439.051
	829.026	401.443	1.230.469	950.431	488.620	1.439.051
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar (iii)						
Rede credenciada	2.346.301	-	2.346.301	2.614.682	-	2.614.682
Cooperados	2.945.142	-	2.945.142	3.304.729	-	3.304.729
Intercâmbio	384.976	-	384.976	121.878	-	121.878
	5.676.419	-	5.676.419	6.041.289	-	6.041.289
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (iv)						
PEONA	2.281.763	-	2.281.763	2.518.905	-	2.518.905
	2.281.763	-	2.281.763	2.518.905	-	2.518.905
	10.260.603	401.443	10.662.046	11.038.059	488.620	11.526.679

As provisões técnicas foram constituídas em conformidade com a RN nº 209/09 da ANS, e posteriores alterações, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Essas provisões devem ser garantidas por ativos que correspondem às aplicações financeiras lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 5. Além das aplicações financeiras vinculadas no montante de R\$ 7.889.590 (conforme nota explicativa nº 5) a Cooperativa possui um imóvel vinculado a ANS desde 12/08/2014 na proporção de R\$ 1.823.678 e ressarcimento ao SUS depositados em juízo, conforme nota explicativa nº8. A Cooperativa possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas.

- (i) A provisão para prêmio/ contraprestações não ganhas - PPCNG é constituída conforme previsto na resolução normativa RN ANS 314/12 que corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.
- (ii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS: a Cooperativa está em demanda administrativa e judicial contra as cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde. Diante das diversas controvérsias que recaem sobre essas cobranças, na opinião da Administração da Cooperativa e também dos assessores jurídicos, as estimativas provisionadas conservadoramente são suficientes para eventuais perdas com essas demandas. Existem depósitos judiciais classificados no ativo não circulante no montante de R\$ 69.781, conforme nota explicativa nº 8.
- (iii) A provisão de eventos/ sinistros a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços médicos cooperados e credenciados efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS.
- (iv) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) registrada no Passivo Circulante, foi constituída a partir de janeiro de 2008 com base na Resolução Normativa – RN nº 160/2007 e posteriores alterações da ANS. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Cooperativa por falta de avisos. A Cooperativa registrou a provisão até agosto de 2009 com base na RN e a partir de setembro de 2009, elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão com a aprovação da ANS.

12 Tributos e encargos sociais a recolher

Descrição	2020	2019
IRRF	3.930.977	2.780.538
ISS	66.596	1.411.914
Contribuições previdenciárias	940.809	1.035.100
FGTS	212.389	554.677
COFINS a recolher	543.546	345.298
PIS a recolher	93.688	59.269
PIS/ COFINS/ CSLL retidos	209.241	209.103
IRPJ	41.648	41.648
CSLL	23.122	23.122
Outros impostos	2.613	4.458
	6.064.629	6.465.127

13 Empréstimos e financiamentos a pagar

Modalidade	Vencimento final	2020			2019		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	jul/26	2.738.252	10.067.779	12.806.031	576.785	1.448.965	2.025.750
(-) Juros a apropriar		(485.376)	(954.858)	(1.440.234)	(226.099)	(236.223)	(462.322)
		2.252.876	9.112.921	11.365.797	350.686	1.212.742	1.563.428

Os financiamentos referem-se a imobilizações e capital de giro. Os encargos são os normais de mercado para as modalidades. As garantias são alienações de Imóveis e equipamentos e aval dos diretores.

14 Débitos diversos

Descrição	2020	2019
Obrigações com pessoal		
Provisão de férias e encargos	3.495.789	3.415.168
Rescisões a pagar	-	278.755
	3.495.789	3.693.923
Fornecedores (i)		
Fornecedores de materiais e serviços	4.031.588	3.950.118
	4.031.588	3.950.118
Depósitos de beneficiários		
Plano de saúde	110.730	216.808
Hospital	128.180	99.149
	238.910	315.957
Outros débitos a pagar		
Adiantamento de clientes	164.157	292.915
Mercadorias em consignação	662.721	882.375
Outros débitos a pagar	434.982	359.956
	1.261.860	1.535.246
	9.028.147	9.495.244

- (i) O saldo é composto substancialmente pelos valores a pagar aos fornecedores de materiais e medicamentos hospitalares disponibilizados no hospital da Cooperativa. Não há contas a pagar vencidas.

15 Provisão para contingências

Descrição	2020	2019
Provisão para contingências tributárias (ii)	16.401.543	16.992.551
Provisão para contingências cíveis (i)	5.054.703	6.576.503
Provisão para contingências trabalhistas (i)	-	31.000
	21.456.246	23.600.054

(i) **Trabalhistas/ Cíveis:**

Encontram-se em questionamento ações nas áreas cível e trabalhista. A Administração da Cooperativa, suportada pela assessoria jurídica, entende que as estimativas provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas. Há depósitos judiciais efetuados para essas ações no montante de R\$ 213.095, conforme nota explicativa nº 8.

(ii) A provisão para contingências tributárias está assim representada, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

Descrição	2020	2019
INSS (a)	2.126.159	1.790.508
ISS (b)	11.203.723	13.156.969
IRRF (c)	2.389.196	1.566.917
Taxa de Saúde Suplementar (d)	682.465	478.157
	<u>16.401.543</u>	<u>16.992.551</u>

(a) O valor refere-se ao INSS sobre a Produção médica do período de maio de 1996 a dezembro de 1998, que na ocasião foram feitos depósitos judiciais que representam o montante atualizado de R\$ 1.224.192, conforme nota explicativa nº 8. Em 2020 não houve alteração no status do processo, permanecendo o mesmo com exigibilidade suspensa, aguarda-se a transformação dos saldos remanescentes das contas judiciais em pagamento definitivo para satisfazer o crédito integral em favor da União Federal.

(b) Provisão referente à diferença do ISSQN (Imposto sobre serviço) oferecido pela base reduzida e ao ISSQN devido que foi exigido pela Prefeitura do Município de Rio Claro por meio dos autos de infrações nº 503/2019, 504/2019, 505/2019, 508/2019; 509/2019 e 593/2019 o qual a autuação foi baseada na base de cálculo regulamentada pela Lei nº 3.784 a partir de 1º de novembro de 2.007, uma vez que a base de cálculo não foi homologada e até 31 de outubro de 2.007 o código tributário municipal determinava como base de cálculo desse tributo o preço do serviço, deduzido dos valores recebidos de terceiros e repassados a seus cooperados, e credenciados para a prestação dos serviços de hospitais, clínicas, laboratórios, médicos, odontológicos e demais profissionais da saúde legalmente estabelecidos. Conservadoramente, a Administração da Cooperativa optou por provisionar a diferença do imposto não oferecido nos últimos anos não prescritos corrigidos com juros e multa nesse montante. Há depósitos judiciais efetuados no montante de R\$ 1.641.275 com relação a discussão da Lei Complementar 157/2016 conforme nota explicativa nº 8.

Em 2020, a Administração da Cooperativa efetuou acordo junto à Prefeitura Municipal de Rio Claro para pagamento à vista referente aos débitos autuados relativos ao período de outubro de 2013 a dezembro de 2016 no montante de aproximadamente R\$ 8.000.000.

(c) Refere-se a compensação não homologada pela Receita Federal do Brasil do imposto de renda retido nas faturas de pré-pagamento compensado como absorção do saldo credor do IRRF dos cooperados pessoa física, o qual não foi informado na declaração do imposto de renda na fonte (DIRF) dos tomadores de serviços, ou declarada com o código 1708 e não 3280, não dando direito ao crédito. A assessoria jurídica caracteriza a ação possível, entretanto conservadoramente a Administração da Cooperativa optou por provisionar o valor compensado

- (d) Refere-se à taxa de saúde suplementar correspondente ao período de julho de 2016 a dezembro de 2020, cuja exigibilidade legal está sendo questionada judicialmente. Há depósitos judiciais efetuados no montante de R\$ 682.465, conforme nota explicativa nº 8.

A Cooperativa no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

16 Passivos contingentes

A Cooperativa discute ações fiscais (junto à ANS), cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 3.585.998 (R\$ 2.810.475 em 2019), cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2020 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível, conforme demonstrado abaixo:

Classificação	2020		2019	
	Quantidade de ações	Valores envolvidos	Quantidade de ações	Valores envolvidos
Cível	18	2.997.000	15	1.657.000
Fiscal	11	588.998	8	955.475
Trabalhista	-	-	3	198.000
	29	3.585.998	26	2.810.475

Tais ações, devido a natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão, considerando que a probabilidade de perdas é possível, mas não provável.

17 Patrimônio líquido

a Capital social

O Capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social cada associado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes. Conforme previsto no Estatuto Social, capítulo V, art. 21º, serão atribuídos juros de 0% (zero por cento) a 12% (doze por cento) sobre o capital integralizado, quando apuradas sobras no final do exercício e a critério da Diretoria Executiva.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício, deduzida do resultado com terceiros, terá a seguinte destinação:

- 10% para Fundo de reserva, destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação; e
- outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

c Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação. De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com usufruirão dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.

Em 2020 as sobras à disposição da AGO são de R\$ 2.176.882 (R\$ 805.590 em 2019) conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019
Sobra líquida do exercício	7.408.826	842.485
Realização do RATES	124.369	89.478
Antecipação de sobras	(4.244.989)	-
Constituição de reservas estatutárias:		
RATES	(370.441)	(42.125)
Fundo de reserva	(740.883)	(84.248)
Sobras à disposição da AGO	2.176.882	805.590

Por decisão do Conselho de Administração e “Ad-referendum da AGO”, o resultado das operações com terceiros não foi levado à conta da RATES, conforme determinação do Estatuto e legislação aplicável.

18 Eventos indenizáveis, líquidos / sinistros retidos

Descrição	2020	2019
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados		
Rede própria	(45.752.712)	(55.235.546)
Consulta médica	(24.072.969)	(29.521.380)
Internações	(29.658.508)	(28.641.479)
Exames	(16.856.225)	(19.098.946)
Terapias	(4.492.290)	(4.880.344)
Outros atendimentos ambulatoriais	(1.460.040)	(1.294.739)
Outros eventos/sinistros hospitalares	(1.914.827)	480.326
	(124.207.571)	(138.192.108)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	237.142	(358.371)
	(123.970.429)	(138.550.479)

19 Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido –Carteira de planos individuais/familiares após Lei 9.656/1998

Descrição	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos	Demais despesas	Total
Rede própria	2.071.726	1.028.514	324.389	8.298.746	88.616	1.042.940	12.854.931
Rede contratada	745.315	1.239.820	325.431	4.354.465	181.822	460.331	7.307.184
Reembolsos	1.411	9.018	286	106.012	3.074	1.808	121.609
Intercâmbio eventual	10.680	102.086	45.425	1.000.871	173.102	1.672	1.333.836
Total geral	2.829.132	2.379.438	695.531	13.760.094	446.614	1.506.751	21.617.560

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2020 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 1º/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

A Cooperativa registra contabilmente os valores segregados entre ato principal e atos auxiliares.

20 Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	2020	2019
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar		
Intercâmbio eventual	1.692.763	293.483
Atendimento particulares	2.439.815	2.381.617
Atendimento a outros convênios	656.274	1.215.484
	4.788.852	3.890.584
Outras receitas operacionais		
Receita de venda líquida da farmácia comercial	-	5.500.720
Auxílio funeral	884.405	863.889
Receitas de aluguel	178.560	128.722
Outras receitas operacionais	120.040	174.565
	1.183.005	6.667.896
	5.971.857	10.558.480

21 Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	2020	2019
Despesa com operação de assistência à saúde		
Custo de ociosidade (i)	(9.130.016)	(1.264.177)
Custo dos atendimentos particulares	(1.749.476)	(2.196.235)
Custo dos atendimentos a outros convênios	(409.216)	(948.389)
Custo do intercâmbio eventual	(264.175)	(335.367)
Glosas acatadas	(36.676)	(147.596)
	(11.589.559)	(4.891.764)
Outras despesas operacionais		
Custos e despesas da farmácia comercial (ii)	-	(4.988.356)
Programa saúde/seguro do cooperado	(1.332.213)	(1.501.132)
Seguro para usuários	(780.833)	(778.153)
Auxílio funeral	(593.865)	(515.809)
Outras despesas operacionais	(476.231)	(364.656)
	(3.183.142)	(8.148.106)
	(14.772.701)	(13.039.870)

(i) O custo com a ociosidade começou a ser apropriado em 11/2019 após definição de critério.

(ii) A farmácia da Cooperativa encerrou suas atividades no exercício de 2019.

22 Dispendios/ despesas administrativas

	2020	2019
Pessoal	(11.474.706)	(11.369.726)
Serviços de terceiros	(2.194.289)	(2.066.659)
Localização e funcionamento	(1.312.399)	(1.220.107)
Publicidade e propaganda	(870.332)	(1.122.303)
Tributos	(206.986)	(209.848)
Diversas	(662.181)	(757.871)
	<u>(16.720.893)</u>	<u>(16.746.514)</u>

23 Resultado financeiro líquido

	2020	2019
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	757.433	1.549.012
Juros por recebidos em atraso	391.951	441.240
Atualização monetária	34.696	78.130
Outras receitas financeiras	19.589	19.797
	<u>1.203.669</u>	<u>2.088.179</u>
Dispendios financeiros		
Juros sobre capital próprio	(2.309.228)	(2.023.590)
Ressarcimento ao SUS	(52.889)	(102.526)
Atualização das contingências	(21.971)	(32.546)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(269.964)	(170.280)
Taxa de administração com cartão de crédito	(23.034)	(99.014)
Outros	(93.459)	(16.133)
	<u>(2.770.545)</u>	<u>(2.444.089)</u>
	<u>(1.566.876)</u>	<u>(355.910)</u>

24 Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes, conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019
Sobras antes dos tributos	<u>7.408.826</u>	<u>842.485</u>
Adição/ exclusões	3.823.202	3.044.699
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(17.004.869)	(5.898.677)
Base de cálculo negativa	<u>(5.772.841)</u>	<u>(2.011.493)</u>

25 Transações com partes relacionadas

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de três anos para o Conselho de Administração, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 do total dos membros do Conselho de Administração, para o Conselho Técnico o mandato é de 3 anos eleitos juntamente com o Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição de apenas 4 membros e para Conselho Fiscal o mandato é de um ano sendo permitida a reeleição de apenas 2 de seus membros.

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore. As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista.

26 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

26.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Cooperativa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Cooperativa não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2020 e 2019.

26.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A gerência

financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

a Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Cooperativa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

A Cooperativa não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

a.1 Risco de taxas de juros

A Cooperativa não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

a.2 Risco cambial

A Cooperativa não está exposta a riscos cambiais.

b Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

b.1 Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Descrição	Nota	2020	2019
Disponível		7.738.271	4.979.617
Aplicações financeiras	5	33.287.502	27.483.099
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	8.904.923	5.771.131
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora		1.574.554	788.433
Bens e títulos a receber	7	5.852.828	4.591.089
Investimentos	9	4.641.646	4.342.531
		<u>61.999.724</u>	<u>47.955.900</u>

b.2 Contas a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a Instrução Normativa 46/11 e posteriores alterações emitida pela ANS, que estabelece que deva ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (ii) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (iii) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato provisionada.

c Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Cooperativa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

26.3 Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possui, aproximadamente, 41% (37% em 2019) do seu ativo total registrado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Títulos e valores mobiliários).

26.4 Recursos próprios mínimos

a Patrimônio mínimo ajustado (PMA)

A RN nº 209/09 e posteriores alterações da ANS dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

O PMA é determinado através RN nº 209/09 e posteriores alterações da ANS, representa o valor mínimo do patrimônio líquido da operadora de saúde, ajustado por efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator “K”, emitido pela ANS, pelo capital-base de R\$ 8.977.014, o qual será ajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

O fator “K” vigente em dezembro de 2020 corresponde a 2,92%, de modo que o Patrimônio Mínimo Ajustado é de R\$ 262.129 (R\$ 256.662 em 2019) e, consequentemente, o patrimônio líquido da Cooperativa atende a esse mínimo estabelecido. A seguir, estão demonstradas as adições e deduções consideradas pela Administração para cálculo do Patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos:

Descrição	2020	2019
Patrimônio líquido	41.254.372	35.628.523
Deduções:		
Despesas antecipadas	(60.586)	(165.414)
Ativo não circulante permanente intangível, exceto o montante referente a gastos com aquisição de carteira de plano de assistência à saúde e com programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças aprovados nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001, de 30 de dezembro de 2008, da DIOPE/DIPRO.	(177.194)	(189.459)
	(237.780)	(354.873)
Patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos	41.016.592	35.273.650

b Margem de solvência

A Margem de Solvência corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos, conforme critérios definidos em Resolução Normativa da ANS. Em 31 de dezembro de 2020 a Cooperativa apresenta necessidade de margem de solvência em R\$ 37.971.136 (R\$ 34.635.987 em 2019) que corresponde em 2020 a 85,28% da necessidade total da margem de solvência, portanto, o patrimônio líquido ajustado é suficiente perante a margem de solvência.

27 Demonstrações de sobras ou perdas de atos cooperativos e não cooperativos

Atendendo ao disposto no artigo 85, da Lei 5.764/1971 e NBC T 10.8 – IT 01 – Entidades Cooperativas, segue as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com terceiros apresentadas em atendimento a Lei 5.764/1971, não foram base de auditoria específica de nossos auditores independentes.

- Em 2020

	Ato Cooperado	Ato não cooperado	2020
Ingressos/receitas de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	154.252.238	9.033.886	163.286.124
Receitas com operações de assistência à saúde	160.700.525	9.033.886	169.734.411
Contraprestações líquidas / prêmios retidos	160.700.525	9.033.886	169.734.411
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(6.448.287)	-	(6.448.287)
Eventos indenizáveis líquidos	(108.875.359)	(15.095.070)	(123.970.429)
Dispêndios/despesas com eventos conhecidos ou avisados	(109.100.704)	(15.106.867)	(124.207.571)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	225.345	11.797	237.142
Sobra das operações com planos de assistência à saúde	45.376.879	(6.061.184)	39.315.695
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde	238.710	178	238.888
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	4.430.332	1.541.525	5.971.857
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar	4.430.332	358.520	4.788.852
Outros ingressos / receitas operacionais	-	1.183.005	1.183.005
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	-	-	-
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(1.589.873)	(3.301.415)	(4.891.288)
Outros dispêndios / despesas de operações de planos de assistência à saúde	(1.247.396)	(3.293.316)	(4.540.712)
Provisão para perdas sobre crédito	(342.477)	(8.099)	(350.576)
Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(13.660.728)	(1.111.973)	(14.772.701)
Resultado bruto	34.795.320	(8.932.869)	25.862.451
Dispêndios/ despesas de comercialização	(357.075)	(19.379)	(376.454)
Dispêndios/ despesas administrativas	(15.594.807)	(1.126.086)	(16.720.893)
Resultado financeiro líquido	(1.991.046)	424.170	(1.566.876)
Ingressos/ receitas financeiras	372.687	830.982	1.203.669
Dispêndios/ despesas financeiras	(2.363.733)	(406.812)	(2.770.545)
Resultado patrimonial	152.477	58.121	210.598
Ingressos/ receitas patrimoniais	152.477	60.724	213.201
Dispêndios/ despesas patrimoniais	-	(2.603)	(2.603)
Sobra líquida do exercício	17.004.869	(9.596.043)	7.408.826

- Em 2019

	2019		
	Ato Cooperado	Ato não cooperado	Total
Ingressos/receitas de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	154.378.241	8.825.369	163.203.610
Receitas com operações de assistência à saúde	160.764.078	8.825.369	169.589.447
Contraprestações líquidas / prêmios retidos	160.764.078	8.825.369	169.589.447
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(6.385.837)	-	(6.385.837)
Eventos indenizáveis líquidos	(125.878.367)	(12.672.112)	(138.550.479)
Dispêndios/despesas com eventos conhecidos ou avisados	(125.537.589)	(12.654.519)	(138.192.108)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	(340.778)	(17.593)	(358.371)
Sobra das operações com planos de assistência à saúde	28.499.874	(3.846.743)	24.653.131
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde	205.244	249	205.493
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	3.590.381	6.968.099	10.558.480
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar	3.590.381	300.203	3.890.584
Outros ingressos / receitas operacionais	-	6.667.896	6.667.896
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	-	(134.556)	(134.556)
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(2.010.742)	(2.194.862)	(4.205.604)
Outros dispêndios / despesas de operações de planos de assistência à saúde	(2.275.101)	(2.208.156)	(4.483.257)
Provisão para perdas sobre crédito	264.359	13.294	277.653
Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(7.109.964)	(5.929.906)	(13.039.870)
Resultado bruto	23.174.793	(5.137.719)	18.037.074
Dispêndios/ despesas de comercialização	(359.612)	(19.078)	(378.690)
Dispêndios/ despesas administrativas	(15.469.396)	(1.277.118)	(16.746.514)
Resultado financeiro líquido	(1.700.727)	1.344.817	(355.910)
Ingressos/ receitas financeiras	421.982	1.666.197	2.088.179
Dispêndios/ despesas financeiras	(2.122.709)	(321.380)	(2.444.089)
Resultado patrimonial	253.619	32.906	286.525
Ingressos/ receitas patrimoniais	253.619	71.465	325.084
Dispêndios/ despesas patrimoniais	-	(38.559)	(38.559)
Sobra líquida do exercício	5.898.677	(5.056.192)	842.485

28 Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	2020	2019
Resultado antes dos impostos e participações	7.408.826	842.485
Ajustes:		
Depreciações e amortizações	2.806.246	2.549.621
Resultado na alienação de bens	197.801	61.189
Provisão para perdas sobre créditos	350.576	(277.653)
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(499.763)	983.077
Constituição de provisões para ações judiciais	(2.143.808)	4.710.114
Realização das provisões técnicas	-	(863.237)
Juros s/ capital incorporado ao capital dos investimentos	(68.569)	(83.666)
	8.051.309	7.921.930
(Aumento) nos ativos:		
Aplicações financeiras	(5.804.403)	(1.325.081)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(3.484.368)	(1.279.367)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(786.121)	2.451.384
Créditos tributários e previdenciários	(187.656)	(203.565)
Bens e títulos a receber	(1.261.739)	291.927
Despesas antecipadas	104.828	(117.874)
Depósitos judiciais	(517.115)	(823.230)
Outros créditos a receber não circulante	336.375	(943.131)
	(11.600.199)	(1.948.937)
(Redução) aumento de passivo		
Eventos/ sinistros a liquidar	(364.870)	1.138.898
Débitos de operações de assistência à saúde	675.307	(954.149)
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	12.907	(501.199)
Tributos e encargos sociais a recolher	(400.498)	1.560.256
Débitos diversos	(467.097)	486.304
Conta corrente de cooperados	123.799	42.203
	(420.452)	1.772.313
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método indireto	(3.969.342)	7.745.306
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método direto	(3.969.342)	7.745.306

29 Cobertura de seguro

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



MOORE

www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.